

06 JAN 1992

Medidas de segurança para votações

GAZETA MERCANTIL

por Eduardo Hollando de Brasília

O deputado Vital do Rego (PDT-PB), presidente da comissão de inquérito da Câmara dos Deputados que investiga suspeita de que deputados votaram por outros, disse na última sexta-feira que vai abrir o relatório final sobre o caso com uma recomendação expressa ao presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), e à mesa da Câmara no sentido de adotar mais medidas de segurança para dificultar a fraude nas votações pelo sistema eletrônico.

Vital do Rego e o relator da comissão, deputado Paulo Mandarino (PMDB-GO), ouviram ontem o depoimento do chefe do serviço de computação eletrônica de votação, Jurandir Romero Menon, que confirmou ser possível a fraude na votação, desde que um parlamentar tenha a senha de outro. Menon disse também que o sistema, que hoje requer somente a digitação da senha pelo parlamentar, pode ser aperfeiçoado, com o uso conjunto de cartões magnéticos ou até de técnicas ainda mais sofisticadas, como impressão digital.

Jurandir Menon disse também que não é possível um deputado votar ao mesmo tempo em duas bancadas, pois o sistema obriga o uso das duas mãos (providência adotada por causa de casos anteriores). A fraude, deste modo seria

possível com a votação primeiro na bancada e depois em um posto avulso, junto à mesa diretora. O fato, para Vital do Rego e Paulo Mandarino, reforça a necessidade da adoção de mais medidas de controle. "Para tornar mais difícil, no futuro, a prática da ilegalidade", segundo Vital do Rego. Os dois deputados comentaram também os frequentes defeitos verificados nos painéis das bancadas, o que foi contestado por Menon. Ele garantiu que não é possível a digitação do número e da senha de um deputado e o voto ser computado para outro.

Além de Jurandir Menon, depuseram ontem, a convite, na comissão de inquérito as repórteres Christiane Samarco e Rita Tavares, do Jornal do Brasil, autoras da primeira reportagem afirmando que o deputado Nilton Baiano (PMDB-ES) votara pelo colega João Baptista Motta (PSDB-ES).

O presidente da comissão anunciou às repórteres que vai pedir os negativos das fotos da reportagem como prova a ser anexada ao inquérito. Ele confirmou também que não acredita "que se trate de um caso isolado. Ele é reflexo de casos já ocorridos e que passaram em brancas nuvens por esta casa. Mas acredito que agora isto não vai acontecer."

ORÇAMENTO DA UNIÃO

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) não pretende

esperar pelo dia 8, quando o relator geral do orçamento, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), promete entregá-lo para a sanção presidencial, para obter uma cópia da lei orçamentária de 92. Certo de que o atraso ocorre pela falta de critérios na confecção do orçamento e pelo atendimento de "interesses clientelistas de última hora", Suplicy pretende pegar uma cópia da lei já na segunda-feira, "esteja ela como estiver". O senador vai descobrir que o orçamento não é obra só de parlamentares ou de autoridades do Executivo. Ele está sendo feito, na prática, também por 15 técnicos em contabilidade do Departamento de Orçamento da União e do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen).

A lei orçamentária encontra-se ainda no Pro-

dasen, onde os técnicos tentam fazer coincidir os números do relatório de Fiúza com o valor global do orçamento, de Cr\$ 51,3 trilhões. O deputado acatou 600 emendas que destinam recursos para áreas de interesse dos parlamentares, sem detalhar de onde sairão as verbas, cabe aos técnicos decidirem que obra específica será cancelada ou terá menos verbas.

Nesta segunda-feira Suplicy vai levar técnicos de seu gabinete e tentar entender essa obra em que o Executivo propõe, os parlamentares alteram. Mas os técnicos viabilizam ou não as ambições de cada político. Se o trabalho de adaptação das idéias à realidade ainda não estiver concluído e os valores não coincidirem, o senador denunciaria a forma atrapalhada com que são previstas as despesas do País.